



Leituras pós-babélicas: uma proposta derridiana

Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Trindade, Centro de Comunicação e Expressão, Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Sala 201-B, 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: a_buturi@yahoo.com.br

RESUMO. Este texto pretende apresentar e discutir algumas concepções de leitura da contemporaneidade, aventando a possibilidade de uma desconstrução dos paradigmas hodiernos relacionados ao logocentrismo de grande parte das teorias e das práticas de leitura oficiais. Para tanto, utiliza-se de uma perspectiva derridiana, levando em consideração as propostas de suplementação e de iteração. Inicialmente, descreve-se um campo teórico para a leitura, partindo de teorias sociais, psicológicas e contextuais, contrapostas, de modo geral, na forma de teorias modernas e teorias pós-modernas de leitura. Depois disso, apresenta-se a proposta de leitura de Jacques Derrida, pautada na problematização da pragmática de Austin e, a partir daí, numa negação da possibilidade de saturação dos contextos de leitura. Finalmente, estabelece-se a necessidade de se repensar os conceitos de leitura vigentes, segundo uma suspensão dos modelos contextuais oficiais, a fim de se discutir as relações de poder implicadas na logofobia que percorre os debates na área.

Palavras-chave: teorias de leitura, pós-modernidade, desconstrução, iteração.

Post-babel readings: a derridian proposal

ABSTRACT. Current essay discusses some contemporary conceptions of reading and discusses the possibility of a deconstruction of today's paradigms related to the logocentrism of most theories and practices of official reading. A Derridean perspective is employed while taking into account the proposals of supplementation and iteration. A theory of reading is initially described from the social, psychological and contextual theories. They are, as a rule, counterpoised as modern and post-modern theories of reading. Further, Jacques Derrida's reading proposal is provided, based on the problematization of Austin's pragmatics, and thenceforth, in a denial of the possibility of saturation of the reading contexts. There is the need to rethink the current concepts of reading according to the suspension of official contextual models to discuss the power relations involved in logophobia that pervades debates in the field.

Keywords: reading theories, post-modernity, deconstruction, iteration.

Introdução

Modo particular de produção e circulação dos discursos, a cultura ocidental tem seu arquivo marcado pelo logocentrismo e sua crença no valor incriado, porém irrefutável, da Verdade. Nesse universo, a escrita aparece como possibilidade de aprisionamento dos sentidos, momento de exclusão e disciplinarização, exigindo uma contrapartida binarista de leitura, como 'des'-coberta e iluminação do real.

Se, com o helenismo, o indubitável perscrutar do em-si do mundo foi elevado à regra, com a tradição judaico-cristã passou-se ao entendimento do que há em sua relação com o Verbo. Esse mundo tornado verbo é descrito por Manguel (1999, p. 20) quando da discussão de texto hebraico ainda mais remoto:

[...] o *Sefer Yezirah*, escrito em algum monte do século VI- afirma que Deus criou o mundo mediante 32 caminhos secretos de sabedoria, 10 *Sefirot* ou números e 22 letras. Dos *Sefirot* criaram-se todas as coisas abstratas; das 22 letras foram criados

todos os seres reais e as três camadas do cosmos – o mundo, o tempo e o corpo humano. O universo, na tradição judaico-cristã, é concebido como um livro feito de números e letras. A Chave para compreender o universo está em nossa capacidade de lê-lo adequadamente e dominar as suas combinações e, assim, aprender a dar vida a alguma parte daquele texto colossal, numa imitação do nosso criador.

Os *Sefirot* são marcados pela ausência de corporalidade: ao mesmo tempo em que criam o mundo como acontecimento, trazem no bojo uma espécie de universalidade e capacidade de generalização – dir-se-ia, de conhecimento do mundo. Por sua vez, as letras pertencem a uma dubiedade: são capazes de produzir o real metafísico e, não obstante tal poder, guardam em si a marca da temporalidade e da espacialidade corpórea – são letra, materialidade, enunciado.

Aproximo essa narrativa de Gênese às questões suscitadas pela 'letra' em Rancière (1995). O francês

reinterpreta o *mythos* do platônico, presente no *Fedro* indicando, na oposição¹ entre voz viva e escrita morta, um caráter mais fundamental da última:

[...] a escrita é, indissoluvelmente, duas coisas em uma: é o regime errante da letra órfã cuja legitimidade nenhum pai garante, mas é também a própria textura da lei, a inscrição imutável do que a comunidade tem em comum (RANCIÈRE, 1995, p. 9).

Nos dois casos, dada a corporalidade exigida pela letra-escrita, a própria capacidade dos enunciados de ascender ao real é posta em suspenso: impossibilidade radical de legitimação e referenciação definitivas, a palavra órfã e ‘doente’ estará sempre às voltas com a necessidade de incorporação. A contingência só pode ser resolvida arbitrariamente, na assunção de um nome e de um regramento da ordem da lei. Pensar na letra-palavra, na sua possibilidade radical e vicissitude sempre-já, então, exige que se tome a dubiedade asseverada por Manguel, presente nos discursos sagrados, além daquela metáfora tranquilizadora da ‘chave’ – “[...] nossa capacidade de lê-lo adequadamente” (MANGUEL, 1999, p. 20). Isso corresponderia, de imediato, a interrogar a linguagem – voz, letra e número – em sua suposta transparência.

É, pois, de uma negação da transparência da linguagem, de caráter discursivo – e portanto, implicando linguagem, poder e exterioridade – e, mais além, de um questionamento do modelo de linguagem como comunicação, à Derrida, que este texto entabula uma breve discussão sobre o que seja(m) a(s) leitura(s), segundo a perspectiva dita ‘desconstrucionista’ que, embora não possa ser considerada uma teoria, apresenta uma série de debates sobre os limites da leitura e sua ‘disseminação’. Metodologicamente, isso pressupõe um movimento de se perseguir mesmo a adequação das leituras à estrutura (textual ou, no limite, referencial). De modo mais exato, objetiva refletir acerca da (im)possibilidade de adequação e saturação de qualquer leitura, seguindo os questionamentos derridianos acerca da suplementaridade e da iterabilidade², entendendo-os segundo uma política da leitura.

Para isso, divido o texto em três seções: na primeira, *Um Campo Teórico Para a Leitura*, apresentam-se, não exaustivamente, alguns dos

métodos e discussões que, desde a ‘aparição’ da linguística como ‘ciência-piloto’, tem ocupado o campo dos estudos sobre a leitura. A segunda seção, *Leitura, Suplemento e Contexto*, descreve alguns conceitos-chave do discurso de Derrida, a fim de esclarecer sua importância nos estudos sobre a leitura; finalmente, a seção final, *Babel e a Logofobia*, procura estabelecer algumas considerações sobre a proposta de leitura defendida e os regramentos presentes no âmbito da leitura na contemporaneidade.

Um campo teórico para a leitura

Começo esta seção produzindo, discursivamente e de forma não exaustiva, uma breve apresentação de tentativas de classificação para as teorias de leitura que percorrem a literatura atual, no tocante à relação com os estudos linguísticos. Tais teorias se referem, de modo geral, ao conjunto de discussões que vieram à tona, sobretudo, em meados da década de 70 do século XX, com a ampliação do poderio da linguística em seu esforço científico e os debates formulados entre as ciências da linguagem e áreas – como a filosofia, a teoria literária, a psicologia, a sociologia, a etnografia, os estudos culturais – e que permanecem ainda prementes nas problematizações sobre ‘o problema’ da leitura. Como toda classificação, é preciso já ter em mente certas reduções e violências e, ainda assim, levar em conta a necessidade metodológica que as inspira.

Dessa perspectiva, a fim de demarcar as diferentes concepções de leitura que circulam na academia, Coracini (2005) sugere uma escansão para se observar esse vasto campo de estudos: de um lado, teríamos concepções modernas de leitura, que se pautariam na crença numa espécie de sujeito transcendental e numa concepção de texto autônomo. A modernidade na leitura seria representada por dois grandes modelos: o da leitura como decodificação e o da leitura como interação.

No primeiro grande agrupamento teórico, a autora agrupa o que denomina de “[...] perspectiva do estruturalismo [...]” (CORACINI, 2005, p. 20), que subsume teorias que constroem a leitura como objeto a partir do texto entendido como unidade estruturada. Já o segundo dos agrupamentos, o interativo, é descrito como aquele que exige um sujeito ativo e consciente, capaz de entender as marcas deixadas por textos também passíveis de saturação. Neste último caso, ainda, é necessário marcar que haveria leituras autorizadas, ora pela autoria, ora pelas pistas textuais.

Coracini (2005, p. 22), adiante, descreve então o que denomina de “[...] perspectiva da (pós-) modernidade [...]”, caracterizada pela leitura vista

¹ O caráter negativo da palavra escrita em Platão é justificado por Aurox (1998) pela valorização que aquele imprime ao discurso (*logos*) como forma que toma o pensamento em seu percurso da alma até a exteriorização vocal, sendo esta ‘tradução do pensamento’ salvaguardada pelas relações orais dos sábios gregos e seus discípulos, cujo exemplar estaria ainda na referência aos ‘diálogos’ na obra platônica.

² No Brasil, a desconstrução derridiana e sua crítica ao logocentrismo aplicadas à leitura apareceram na década de 90, nos trabalhos de Kanavillil Rajagopalan e Rosemary Arrojo.

como “[...] processo discursivo”. Neste caso, ‘discursivo’ abre um rol de categorias que a autora não define com precisão, mas que estão diretamente ligadas aos estudos da análise do discurso francesa: sujeito do inconsciente, ideologia, incompletude. Assim, ainda que haja alguma dificuldade de distinguir ou aproximar autores tão díspares quanto Michel Foucault, Michel Pêcheux e Jacques Derrida, o que a pesquisadora elabora é uma classificação teórica de leitura cujo cerne está numa aproximação entre os discursos que a investigam da perspectiva de uma produção constante, negando tanto a possibilidade de um sujeito autônomo, quanto colocando em xeque os discursos da autoria e da autotelia do texto.

Outra classificação é sugerida por Mascia (2005), que propõe três bases teóricas distintas: estruturalista, psicolinguística e interacionista. Assim como Coracini (2005), o ‘modelo estruturalista’ é descrito como aquele em que a leitura está condicionada à autonomia da estrutura textual, com o conseqüente apagamento do sujeito. Por sua vez, o ‘modelo psicolinguístico’ recorre à psicologia cognitivista e à problemática do processamento de informações. Seus pressupostos, segundo Mascia (2005), permanecem atrelados à tradição de autonomia textual e do leitor exterior aos sentidos pré-existentes nos textos. Finalmente, a terceira corrente teórica apresentada pela autora é o ‘modelo interacionista’ e, assim como fazia Coracini, ela é enfática em relacionar o modelo a certa metafísica, que traz no bojo, no limite, a crença na verdade passível de ser descoberta pelos leitores em sua leitura orientada (ainda) pelos textos³.

Mascia (2005, p. 48), por seu turno, traça as linhas de um suposto ‘novo modelo’, a que denomina de “[...] Leitura como processo discursivo-desconstrutivista [...]”, que novamente pode ser aproximado dos modelos ‘pós-modernos’ de leitura sugeridos por Coracini (2005): aparecem ali o conceito de ideologia, de interdiscurso, de poder, de sujeito descentrado, fazendo coro à utilização da análise do discurso e, desta feita, aproximando-a de forma problemática à desconstrução.

Dessa perspectiva, a autora oferece uma descrição sincrética de teorias de leitura ancoradas na teoria do discurso de origem althusseriana (de Pêcheux e seus avatares) e de teorias que denomina de desconstrutivistas, segundo o entendimento de que

o que Derrida conceitua como ‘disseminação’ refere-se diretamente a “[...] momentos histórico-sociais que podem variar de indivíduo para indivíduo” (MASCIA, 2005, p. 52). O problema, então, é como coordenar esse posicionamento ao discurso ‘derridiano’ de negação de qualquer teoria do contexto, seja ele social, histórico, político (DERRIDA, 1991).

Não obstante tais dificuldades, a função precípua das classificações pós-modernas (CORACINI, 2005; MASCIA, 2005) sugerem um ultrapassamento ou, ao menos, um ponto de inflexão diante das teorias de modelos ditos ‘logocêtricos’, e que acabam por definir e separar o discurso verdadeiro e as leituras possíveis, contendo a disseminação. O que se teria, de acordo com essas concepções pós-modernizantes - e não obstante certos desacertos epistemológicos - é um modelo de tensionamento e abertura da ordenação das leituras. Nesse caso, o processo sempre-já é de estabelecer leituras e novas atribuições de sentido.

O pensamento contemporâneo a que recorrem as autoras - da crise das metanarrativas defendida por Lyotard (1998) - pode discutir noções como as de identidade e formas de subjetivação e apontar as verdades relacionadas aos seus campos de produção. Na miríade dos discursos, a leitura não pode ser nem universalizada nem completamente ordenada, mas surge como objeto que inclui a alteridade - do texto, dos sujeitos, do poder - como condição e pressuposto de funcionamento. Ler torna-se, deste modo, apropriar-se de um texto-alteridade, a partir de uma posição sempre-já dada, mas não absoluta; a leitura amplia seus limites, interrogando a autonomia do texto e do próprio sujeito leitor, exigindo que se pense nas relações de poder e regulação que estão implicadas nas teorias até aqui célebres nos debates acadêmicos.

É justamente por sua promessa microsubversiva que as teorias elencadas como ‘pós-modernas’ ou ‘discursivo-desconstrutivistas’ exigem um retorno teórico, de modo a deslindar alguns conceitos-chave que movem seus questionamentos que, sobretudo, recorrem à desconstrução derridiana. O esforço de assunção das discussões de Derrida para o debate sobre leitura no Brasil já data dos inícios da década de 90 do século XX, quando, em *O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia*, Arrojo e Rajagopalan (1992) criticavam os modelos ‘supra-humanos’ e ‘supra históricos’ como manipulação ideológica.

Todavia, parece prudente que se enseje uma discussão sobre os empréstimos teóricos de que se valem tais intervenções, uma vez que se ressentem, amiúde, de uma indistinção entre teoria de ideologia negativa e marxiana, teoria do poder de origem

³ Chartier (2007) elabora uma classificação sobre teorias de leitura bastante semelhante à modernidade de Coracini (2005) e à dicotomia cognitivo/interacional presente em Mascia (2005). Para a francesa, os modelos concorrentes são justamente o cognitivo e o construtivista, que ganharam notoriedade a partir de década de 70 e que foram renovados, ao menos na França, nos anos 2000 (CHARTIER, 2007).

foucauldiana⁴ e, finalmente, daquilo que já se convencionou denominar de ‘desconstrução’ e que subsume alguns trabalhos de Derrida que versam sobre logocentrismo, disseminação, diferença e suplementaridade.

Isto posto, o que o próximo capítulo pretende, neste momento, é percorrer alguns dos conceitos derridianos que se prestam à suspeição em relação à polifonia contextualista e apostam em outro modelo para as discussões de leitura, que num só golpe anuncia como metafísicas as abordagens centradas nos sentidos textuais e *a priori* e o sujeito autônomo e onisciente, tanto leitor quanto autor. O esforço se deve, como já afirmado, à tentativa de produção de um solo teórico-metodológico para as discussões de leitura de viés pós - e aqui pensemos em pós-modernidade, pós-estruturalismo e seus avatares.

Antes, porém, é preciso elencar, nesse simulacro de classificação intentado, uma problemática que tangencia os debates sobre leitura e escrita, qual seja, a de sua relação com a circulação do poder. Se, como pretende Foucault (2002)⁵ o discurso é produto da violência feita às coisas, maneira tanto de descentrá-las quanto de circunscrevê-las a regimes específicos de circulação de sentido, passou-se a investigar de que modos a produção e a circulação dos discursos é

[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...] (FOUCAULT, 2002, p. 8).

esquivar sua pesada e temível materialidade.

Na problematização da leitura ligada à escola e ao desenvolvimento do leitor dito competente, essa ordenação discursiva e suas escansões tornaram-se mote, para além da filiação teórica de muitos autores. Assim, tangenciam, mesmo sob a égide da competência comunicativa, o texto fulcral de Coste (2002, p. 28) que, já em 1978, anunciava que “[...] toda sociologia da leitura faz aparecer, no que diz respeito à freqüentação [sic] dos textos, clivagens e escalas que confirmam outras classificações”.

Sob a égide da politização da leitura, passou-se a repensar o papel da educação iluminista e seu potencial de transformação social (GRAFF, 1994, p. 91). A leitura, vista como bem simbólico⁶ a se conquistar, é relacionada ao surgimento da primeira grande ‘democratização’ das letras, intimamente

ligada ao desenvolvimento do capital industrial e à necessidade de especialização da mão de obra, travestida em missão de salvamento e inclusão: “[...] a aquisição destes conhecimentos é *conditio sine qua non* de salvação ou transformação” (GERALDI, 1999, p. 34). Ancorada na multiplicação das redes de ensino, a língua segue como alicerce para o projeto de inclusão predatória, centrado numa separação entre modalidades e ‘tipos’ de leitores: armam-se os trabalhadores de condições mínimas de decodificação que permanecerão empecilhos até os dias atuais; dividem-se os leitores efetivos (os que consomem o produto de seus interlocutores) e os leitores alfabéticos (os que tateiam significados alheios ao seu espaço-tempo); elegem-se aqueles que, dentre os excluídos, reproduzirão a desigualdade⁷:

A escola proporcionou uma alma nacional a indivíduos que ficaram órfãos de sua comunidade. Ela difundiu uma moral para substituir os valores religiosos. [...]. ‘Filtrou’ as pessoas mais conformistas dos meios populares para torná-las agentes intermediários e professores da escola primária. Suscitou a filosofia do sucesso individual baseado no mérito escolar para rechaçar o espectro de uma promoção coletiva. Após tê-las alfabetizado, injetou na produção os 80% da população de que precisava e conduziu os outros, por serem leitores, para o saber e o poder (FOUCAMBERT, 1994, p. 110, grifos do autor).

Como parte do jogo discursivo e das maquinarias do poder/saber, a leitura e a sua teorização oferecem uma senda para se perscrutar quais hierarquias e separações são capazes de forjar. Nesse caso, trata-se não apenas de correntes teóricas, mas de um ponto nodal e comum das diversas correntes de estudo, a que voltaremos na seção 4.

Leitura, suplemento, contexto

Passemos propriamente a Derrida, na tentativa de esclarecer alguns de seus conceitos, sobretudo aqueles que têm ressonância direta no campo dos estudos sobre a leitura. Aqui, escolheu-se o ‘suplemento’ e a ‘disseminação’, que sugerem um abandono da metafísica do texto autônomo, do sujeito e da noção, sempre discutível, de contexto.

Iniciemos com a ‘suplementaridade’. No texto *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas* (1966 [1995]), ao discutir o estruturalismo de Lévi-Strauss, Derrida acaba por apontar, na indissolubilidade entre natureza e cultura da

⁴ O que por si só é paradoxal, já que uma das características fundamentais da problematização do discurso entabulada por Michel Foucault (1999) é a negação do conceito de ideologia por totalitário e metafísico.

⁵ O texto de Foucault é de 1971.

⁶ O que não é privilégio ocidental: a civilização hindu é célebre por excluir do saber as castas inferiores; só aos brâmanes cabe o acesso aos livros sagrados. Aliás, o alardeado ‘alvorecer’ da razão no Ocidente está intimamente ligado ao acesso à leitura das Escrituras e sua posterior contestação.

⁷ Atualmente, os salários e o acesso ao mercado de bens simbólicos dos professores garantem a eficácia desse projeto, sem perspectivas imediatas de transformação.

proibição do incesto, uma empresa de segurança no jogo de substituições e derivações da estrutura. No caso da etnografia, a metafísica da presença não se daria conta de que haveria um impossível de totalização justamente porque se trata de linguagens contaminadas por um excesso:

Não se pode determinar o centro e esgotar a totalização porque o signo que substitui o centro, que o supre, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento (DERRIDA, 1995, p. 245).

A lógica do suplemento é amplamente tratada na segunda parte da *Gramatologia* (1967 [2008]), mais detidamente no capítulo 2, ‘Este perigoso suplemento...’. Ao discutir certo esforço logocêntrico em Rousseau e Lévi-Strauss – a escrita fonética como metafísica da Presença –, Derrida (2008, p. 173) aponta em ambos um “[...] elogio da fala viva [...]” e uma desconfiança platônica diante da escritura. No capítulo, então, descreve-se a modalidade da conjuração da escritura: Rousseau, ao mesmo tempo em que rechaça a escritura por sua falsidade – a escritura é uma doença da fala –, “Reabilita-a na medida em que ela promete a reapropriação daquilo de que a fala se deixara expropriar” (DERRIDA, 2008, p. 174). Assim, o ato de escrever das *Confessions* era um heroísmo: sacrifício simbólico em busca da presença e da fala pura, sempre fadado ao impossível.

Derrida (2008) deslinda um drama da economia da escritura em Rousseau: o desejo pela presença requer como condição uma diferença⁸, uma não apropriação radical. Nos termos heideggerianos (citados pelo francês), a diferença seria a diferença ontológica incontornável, destino de hiância entre o ôntico e o ontológico e condição do que há. Para Derrida, a diferença aponta mesmo a deiscência do textual e do histológico, das tramas da escritura que só se dão a ver sob o escrutínio da morte (DERRIDA, 2005).

Na esteira de Heidegger, ainda um incontornável, a diferença é uma positividade, mas sem metafísica. Assim, em Rousseau, na literatura/*phármakon* (DERRIDA, 2005), o perigo residia numa escritura maior que o mundo, numa economia de reter a Presença pelo excesso: adicionar, acrescentar à escritura um real, supri-la com um ‘suplemento’.

A economia do suplemento de Rousseau tem duas faces, paradoxais e insolúveis em seu texto: a primeira, reconfortante, de acumulação da Presença e promessa da arte como *tekhné*. A segunda, perigosa e constitutiva de toda escritura, de marcação de um

vazio, da pura diferença, da função sógnica por excelência. A saída de Derrida é a da derrisão da presença e da onipresença do suplemento:

[...] nunca houve senão suplementos, significações substitutivas que só puderam surgir numa cadeia de remessas diferenciais, o ‘real’ só sobrevivendo, só acrescentando-se ao adquirir sentido a partir de um rastro e de um apelo de suplemento etc. E assim ao infinito [...] o que abre o sentido e a linguagem é esta escritura como desaparecimento da presença natural (DERRIDA, 2008, p. 195, grifo do autor).

Para Derrida, a história da metafísica poderia ser lida como a assunção epocal de uma exterioridade do suplemento em relação à presença. No entanto, cabe desfazer o binarismo – e todos os binarismos – e substituir as adições pela pura adição: a exterioridade e a alteridade como matrizes do que há, já que o que existe só se dá a ver nas cadeias textuais. Isso implica em pensar escritura e leitura numa não transparência radical e sempre-já tomadas pela alteridade, num jogo de diferenças nunca saturável.

Essa ‘precedência sem origem’ é também um jogo de regras contingentes (DERRIDA, 1995) e não-saturáveis é o que propõe discutir Derrida no texto *Assinatura Acontecimento Contexto*. Já no início do escrito, o francês anuncia que, por equívoco e incompleto, o conceito de ‘comunicação’ deve ser abandonado, em nome da ‘disseminação’. Assim, se cometer um lance é falar uma linguagem, solo movediço mais intransponível, a linguagem é também um jogo organizado na forma de uma rede e uma cadeia de textos. No entanto, essa cadeia de textos exige não um pensamento da estrutura, mas a “[...] disrupção do código [...]” (DERRIDA, 1991, p. 20): não se pode pensar em código porque não se trata de diversidade de sentido a deslindar (‘polissemia’), mas de ‘disseminação’ da escrita, que só nasce sob a condição da morte de seu autor, de seu destinatário, como uma ruptura:

Essa força de ruptura refere-se ao espaçamento que constitui o signo escrito: espaçamento que o separa dos outros elementos da cadeia contextual interna (possibilidade sempre aberta de sua extração e de seu grafar) mas também de todas as formas de referente presente (passado ou vindouro, na forma modificada do presente passado ou por vir), objetivo e subjetivo (DERRIDA, 1991, p. 22).

Partindo de Condillac e da ausência necessária do emissor e do destinatário, Derrida (1991) afirma que qualquer doutrina do código exige uma repetição e uma comunicação, ao menos como promessa. Nesse caso, porém, é o solo de uma deriva: a morte necessária inscrita na interlocução tem como consequência um decifrar contínuo, porém nunca passível de repetição, mas de ‘iteração’. Contra a possibilidade da

⁸ Conforme a tradução de *différance* utilizada.

comunicação como repetição do Mesmo e da presença, o francês oferece o conceito de 'iterabilidade', "[...] (*iter, derechef*, viria de *itara*, 'outro' em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lido como a exploração da lógica que liga a repetição à alteridade)" (DERRIDA, 1991, p. 19, grifos do autor). 'Iterar', nesse caso, é trazer à tona o mesmo, mas na condição e na função de seu suplemento, o completamente outro constitutivo da escritura. A operação, ainda, coloca em xeque a apropriação contextual do código: a 'iterabilidade' é pressuposto e a disseminação da escritura submete à sua deriva qualquer noção de contexto a ser pensada. Derrida (1991, p. 30) se pergunta, numa referência à diferença que habita todo o próprio: "Que é um sucesso, quando a possibilidade de fracasso continua a constituir sua estrutura?"

Fundamentalmente, o que um pensamento do suplemento e da iteração na escritura oferecem é uma transposição, como gostaria Derrida (1991), da disseminação para toda sorte de linguagem e, no limite, para a experiência. 'No caso da leitura', objeto deste artigo, o que se teria era o imperativo de se pensar uma escritura que, por trazer a marca da morte (do autor e, avento, do destinatário e do contexto), seria legível como condição de existência de qualquer código, que para Derrida (1991) exige 'eu e outro', mas cuja legibilidade demandaria uma iteração: negação do mesmo, variação disseminante do texto presente na estrutura de toda apropriação da marca.

Tratar-se-ia, nos termos derridianos, de assunção da 'deiscência', da des-função do texto/tecido, da irrupção de seu negativo. Destarte, quando pretende criticar a noção de contexto nos performativos de Austin, o francês aponta:

[...] dada a estrutura de iteração, a intenção que anima a enunciação nunca estará presente a si mesma e a seu conteúdo, de ponta a ponta. A iteração que a estrutura a priori introduz é uma deiscência e uma ruptura essenciais (DERRIDA, 1991, p. 33).

Se, então, a fé na presença, encarnada no sentido do texto a decifrar e no sujeito a restituir, devem ser lidos como uma metafísica e, no limite, como uma centralização dos saberes de uma escrita e de uma leitura 'verdadeiras', tal logocentrismo, se ultrapassado, é sempre promessa de uma politização da escrita, tornada corporalidade e materialidade de forma irremediável. É dessa politização, esforço precípua da empreitada derridiana, de que se tratará na seção seguinte.

Babel e a logofobia - à guisa de conclusão

Em *A ordem do discurso*, Foucault sugere que as sociedades ocidentais estão divididas entre uma espécie de amor pela disseminação dos discursos,

que ele denomina de 'logofilia', e um temor diante dessa possibilidade, capaz de desfazer a ordem política, social e cultural em que vivemos. A esse temor Foucault denomina 'logofobia' (FOUCAULT, 2002). Para conter aquilo que suscitaria a desordem e a subversão, uma série de procedimentos, que têm como função garantir que se possa separar o 'verdadeiro' do 'falso', foram produzidos. Um dos critérios mais relevantes para essa produção de verdade é o da objetividade: o mundo do conhecimento 'verdadeiro' necessitaria formular suas teorias da maneira mais 'neutra' possível, estabelecendo leis cada vez mais capazes de dizer como se dá o funcionamento dos objetos do mundo.

Esse conhecimento formalizado e sua crença metafísica nos discursos da verdade também tomam corpo nos discursos sobre a leitura (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1992; CORACINI, 2005). Nos saberes 'oficiais' sobre a leitura, produzidos nas universidades e presentes nos documentos oficiais e nas práticas de letramento das escolas da contemporaneidade, no Brasil, essa herança metafísica se constitui em séries tipológicas e generificantes - os modelos de produção de textos e leituras de textos escolares ou acadêmicos, em tipologias ou na forma de gêneros- como resumo, resenha, artigo, tese etc. -, e em modelos (paradigmas) de pesquisa, que recortam mundos possíveis, o que poder ser lido, o que pode ser dito. Dessa forma é que Uyeno (2005), ao pesquisar professores do ensino médio e fundamental, pode perceber a matriz logocêntrica da crença nos dogmas da ciência e a 'submissão' dos professores aos sentidos científicos já (supostamente) dados nos textos de formação.

A crença dos docentes entrevistados por Uyeno (2005) são sintomáticas no que tange aos processos de 'academização' da leitura na universidade e sua circunscrição de sentidos. Essa academização, como se sabe, pode ser ampliada às agências de letramento oficiais e povoam os saberes sobre a leitura. Assim como fazia Derrida (1991) ao criticar a cisão de Austin entre enunciados sérios e não sérios, as leituras oficiais reservam um espaço limitado às possibilidades de resistência, de disseminação de diferença, justamente porque estão empenhadas na manutenção de uma ordem de saber cuja exigência final é a de legitimar conhecimentos e depará-los, devidamente, de suas baixas origens, de sua loucura, de seu outro.

Novamente em Derrida, desta feita no *Torres de Babel*, é que reside mais uma discussão axial para se vislumbrar processos de politização do conceito de leitura - politização, aqui, circunscrita a regimes de

suspeição diante de metanarrativas e da perspectiva logocêntrica. Ao retomar o intertexto bíblico de Babel, Derrida (2006) descreve-o como narrativa do limite interno de toda formalização. Assim, escreve a tentativa dos povos semíticos de criação de um nome único, de sua empresa de unificação via verbo e via torre, como fadada sempre-já ao insucesso diante de Deus, que rompe a união semítica e inaugura o impossível na tradução.

O Deus babélico, de acordo com Derrida (2005), não apenas desfaz a língua única, mas causa a dispersão e lança os povos no impróprio. Daí que Babel signifique também isso: *Bavel*⁹, confusão. A confusão instaurada pelo lance divino, porém, exige necessariamente que se adentre no mundo da reescrita, da tradução, da disseminação do nome perdido nas línguas pós-babélicas. Para o francês, o ato violento de transformação da língua metafísica em discurso corpóreo é, além disso, a cisão com a universalidade:

[...] os Semitas querem colocar a razão no mundo, e essa razão pode significar simultaneamente uma violência colonial (pois eles universalizam assim seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana. Inversamente, quando Deus lhes impõe e opõe seu nome, ele 'rompe a transparência racional', mas interrompe também a violência colonial ou o imperialismo lingüístico [sic]. Ele os destina à tradução, ele os sujeita à lei de uma tradução necessária e impossível; por conseguinte, do seu nome próprio traduzível-intraduzível, ele libera uma razão universal (esta não será mais submetida ao império de uma nação particular), mas ele limita por isso a universalidade mesma: transparência proibida, 'univocidade impossível' (DERRIDA, 2005, p. 25, grifos meus).

Atentemos para o 'rompimento': de modo idêntico à deiscência da iterabilidade, a duplicidade do discurso da violência de *YHWH*¹⁰, nome perdido e impronunciável, é de fazer residir em si toda metafísica possível e, imediatamente, dar-se à disseminação como condição de existência. Derrida (2005), ao que parece, faz pensar novamente num fracasso constitutivo de toda estrutura, de toda 'univocidade possível'. Restariam, desde esse acontecimento babélico, apenas traduções disseminantes. Dir-se-ia: apenas leituras circunscritas, iterabilidade dos sentidos, suplementaridade e iteração.

No campo dos estudos sobre leitura, destarte, o que pode abrir de novo este acontecimento do mundo pós-babélico?

Primeiramente, é certo que não se trata de imaginar uma espécie de revolução escritural, pela qual os discursos da verdade seriam suplantados pela deriva. Outrossim, também não seria prudente imaginar que os discursos científicos e os que se produzem a partir dos conceitos de verdade e razão deveriam ser excluídos, justamente porque estes operam respondendo a certas funções positivas. As maquinarias do saber/poder ou, de modo derridiano, o discurso logocêntrico, oferecem menos cisões revolucionárias e se prestam a pequenas subversões: moleculares, microfísicas.

Imaginar, portanto, uma espécie de 'vertente teórica' ancorada na desconstrução e na discursividade pós-metafísica, é mesmo optar pela manutenção de uma atitude de suspeição diante das estruturas fortes e, no espaço das leituras institucionalizantes, de relativizações constantes daquilo que se oferece como logocentrismo. Nesse sentido, 'reler' de modo iterativo os discursos da ciência e dos saberes eruditos e especializados que logram sucesso na contemporaneidade, numa constante produção de cânones de qualidade e de sentido, seria um tipo de tarefa intermitente de destituir os textos de efeito de *arché*, tomando distância e garantindo a ruptura diante de enunciados da tradição, da metafísica e de uma memória sempre-já marcada pelo acontecimento de sua disrupção. Um modelo que demanda leituras, portanto, pós-babélicas, pós-coloniais e plurívocas.

Referências

- ARROJO, R.; RAJAGOPALAN, K. O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia. In: ARROJO, R. (Org.). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução. Campinas: Pontes, 1992. p. 87-91.
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.
- CHARTIER, A. M. A leitura e sua aquisição: modelos de ensino, modelos de aprendizagem. In: CHARTIER, A. M. (Org.). **Práticas de leitura e escrita**: histórias e atualidades. Trad. Ana Maria de Oliveira Galvão et al. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2007.
- CORACINI, M. J. R. F. Concepções de leitura na (pós-) modernidade. In: CARVALHO, R. C.; LIMA, P. (Org.). **Leitura**: múltiplos olhares. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: Unifeob, 2005. p. 15-44.
- COSTE, D. Leitura e competência comunicativa. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). **O texto**: leitura e escrita. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. p. 11-30.
- DERRIDA, J. Assinatura acontecimento contexto. In: DERRIDA, J. (Ed.). **Limited Inc**. Campinas: Papirus, 1991. p. 11-37.
- DERRIDA, J. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: DERRIDA, J. (Ed.). **A escritura e**

⁹ Derrida (2005, p. 21) apresenta tradução do texto bíblico: "Sobre o que ele clama seu nome: Babel, Confusão...[...]"

¹⁰ Da nota da tradutora de Derrida (2005, p. 17): "YHWH, YAHWEH em hebraico, Yahvé em francês, Jeová ou Javé em português, nome próprio de Deus do Antigo Testamento. Tetragrama que os judeus consideravam, desde muito cedo, impronunciável".

- a **diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 229-249.
- DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **Microfísica do poder**. 14. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 1-14.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercício de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- GRAFF, H. J. Passado e presente da alfabetização: abordagens críticas sobre a relação alfabetização/sociedade. In: GRAFF, H. J. (Ed.). **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Trad. Tirza Myga Garcia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 65-94.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MASCIA, M. A. A. Leitura: uma proposta discursivo-desconstrutivista. In: CARVALHO, R. C.; LIMA, P. (Org.). **Leitura**: múltiplos olhares. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: Unifeob, 2005. p. 45-58.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Trad. Raquel Ramalhe et al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- UYENO, E. Y. Sujeito da leitura a despeito do logocentrismo: uma análise da leitura de textos teóricos por professores de Ensino Médio e Fundamental. In: CARVALHO, R. C.; LIMA, P. (Org.). **Leitura**: múltiplos olhares. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: Unifeob, 2005. p. 59-96.

Received on January 3, 2014.

Accepted on September 29, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.